

A LÓGICA PRODUTIVISTA E O CAMPONÊS: AMBIGÜIDADES E AMBIVALÊNCIAS NO ESPAÇO AGRÁRIO ATUAL¹

João Carlos Tedesco²

SINOPSE

No artigo, discutem-se algumas questões referentes à especificidade do setor agrícola frente ao setor industrial. Confrontam-se diferentes lógicas produtivas, inter e intra-setorial, mas que se interpenetram socioeconomicamente. Objetiva-se, com isso, apresentar limites e contradições da racionalidade do modelo técnico-econômico produtivista.

Palavras-chave: agricultura, campesinato, racionalidade técnica.

1 INTRODUÇÃO

As preocupações com a agricultura, centradas tanto na questão agrária (reforma agrária, concentração de terras, etc.), quanto na questão agrícola (política agrícola, preços, subsídios, mercado, etc.)³, bem como no poder da “bancada ruralista” do Congresso junto ao governo, entre outras, fazem do setor alvo de manchetes e de reflexões de inúmeros “atores” sociais e de instituições públicas e privadas com ele envolvidas ou não.

A agricultura e o camponês foram, até não muito tempo atrás, considerados e adjetivados como o “outro” da sociedade moderna, o espaço do *atraso*, do *arcaico*, do *anti-urbano*, irredutível ao progresso em meio à sociedade industrial.

Do ponto de vista cultural, o camponês, em sua especificidade, foi considerado, entre inúmeras abordagens, como selvagem, perigoso (transgressor), exótico,

¹ Trabalho apresentado no Seminário sobre “Produção Familiar e Progresso Técnico” no curso de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, outubro de 1995.

² Professor da Universidade de Passo Fundo.

³ A chamada “questão agrícola” não está desvinculada da “questão agrária”. Há uma concepção não menos tendenciosa no sentido de se mostrar a questão agrícola como um elemento técnico-econômico e, a questão agrária como um fator social. É como se separasse progresso de desenvolvimento. Ambas as questões, mesmo com especificidades, não podem ser separadas e/ou antagonizadas.

isolado, um mundo à parte, “saco de batatas”, avesso às mudanças, respeitador da ordem social, moral e religiosa. Do ponto de vista econômico, presumidos pela lógica produtivista do modelo urbano-industrial, a agricultura e o camponês são induzidos a se transformarem⁴. Essa transformação deve-se dar sob a racionalidade do progresso da chamada “sociedade industrial”.

Os canais dessa transformação envolvem desde as vertentes e as trajetórias do chamado “modelo inglês” (forma trinitária) e passam pelo modelo camponês (subsistência, família como unidade de produção e de consumo) e pelo modelo de agricultura individual moderna (via modelo americano e, posteriormente, inglês e francês). Este último se fundamenta na média e, em parte, na pequena propriedade capitalizada. O modelo de agricultura individual moderna exerce o papel de abastecedor de produtos nos mercados das grandes cidades e de intensificador cada vez mais eficaz de sua produção, apoiando-se na aplicação sistemática do progresso científico e técnico ao processo de produção, de comercialização e de gerenciamento interno. Este modelo de produção, sem dúvida, prevaleceu e é o que se apresenta com mais incentivo e ênfase na chamada “agricultura moderna” (França, Canadá, EUA) (SERVOLIN, 1989). Não há, na verdade, um tipo ideal único nem de agricultura, nem de camponês, que possa expressar universalidade conceitual ou tipológica. Há inúmeras variantes em sociedades e situações diferentes, cujos espaços, no entanto, não pervertem a lógica hegemônica e produtivista que os envolve.

O que se quer, nesta breve reflexão, é mostrar que o espaço sócio-econômico agrário apresenta especificidades, racionalidades que, senão próprias, limitam a racionalidade econômica do processo mercantil capitalista em geral e de sua expoente: a lógica produtivista. Não se pode dizer que a agricultura se industrializou, nem que há um processo global de transformação da agricultura num ramo industrial e, muito menos, de que não existe mais diferença entre o rural e o urbano, como os culturalistas tendem a fazer acreditar. Tem-se a consciência, sim, de que tanto a mundialização (esfera da cultura), quanto a globalização (no aspecto

⁴ Dessas concepções surgem políticas de cunho culturalista, economicista e produtivista no sentido de dar “um lugar” ao pequeno camponês. A primeira busca dar-lhe uma posição de “jardineiro da natureza”, principalmente em alguns países europeus de conjuntura de superprodução agrícola, de reserva moral etc. A segunda dimensão vê no camponês um agente de produção de alimentos e de subsistência, de reserva de força de trabalho e de um mínimo de excedente mobilizável. Na ótica produtivista, o pequeno camponês poderá se tornar um pequeno produtor moderno e tecnificado, basta que se envolva com as agroindústrias, que se especialize e se profissionalize (via educação técnico-agronômica). Nesse ponto, a lógica industrial não seria incompatível com a lógica do pequeno produtor rural.

econômico-técnico), estão destruindo a inocência original de formas, de processos, de mecanismos de trabalho, de vida, de sociabilidade em geral, especialmente em meio aos novos processos sociais agrários. Porém, homogeneizar, omitindo diferenças e legitimando o progresso racional-burocrático-global-mercantil como tendência explicativa única, é perder de vista horizontes locais, pluridimensionais, inclusive alternativos ao paradigma hegemônico, com matizes que não contemplam a linearidade sistêmica e funcional do processo em evidência.

Desse modo, far-se-á uma breve incursão sobre as particularidades da agricultura em relação ao processo de produção industrial; sobre a necessidade da participação do Estado (no sentido de ser este o promotor da produtividade) e sobre o confronto entre lógicas diferenciadas que convivem em meio à dinâmica modernizadora. Quer-se enfatizar, também, que a racionalidade econômica não pode ser medida só pela variável *produção*, pois, desse modo, não se pode compreender as contradições existentes no próprio modelo produtivista-modernizante característico do espaço agrário atual.

Ressalta-se que a discussão aqui apresentada não tem a pretensão de enfocar um espaço empírico delimitado⁵. No entanto, ela pode servir para a compreensão de inúmeros espaços agrícolas específicos e regionais. É o caso, por exemplo, da região de Passo Fundo (RS), espaço privilegiado do modelo produtivista em nível de país, que abarca em seu meio um contingente significativo de pequenos produtores familiares e camponeses⁶.

2 CARACTERIZAÇÕES E ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO AGRÁRIO: *LIMITES DA RACIONALIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA*

No caso brasileiro, especificamente, implantou-se, pós-60, um modelo de produção agrícola moderno, sob a ótica de uma concepção de progresso, permanecendo, porém, elementos históricos característicos da agricultura brasileira (diferente dos de países da Europa Ocidental, por exemplo), ou seja, a concentração improdutiva da terra reproduziu-se em meio a formas extremamente atrasadas; não

⁵ Essa é nossa preocupação na tese de doutoramento em andamento, tendo a região de Passo Fundo como *locus* específico de análise.

⁶ Os últimos dados disponíveis, discriminados pelo IBGE, datam de 1985. Desses, destaca-se que, em torno de 11% do número de estabelecimentos rurais do município de Passo Fundo oscilam entre 5 e menos de 20 ha; ao redor de 40% estão os que possuem entre 20 e menos de 100 ha. São dados que demonstram que, em meio à média e à grande produção capitalizada, estão presentes também pequenos produtores modernos e camponeses tradicionais, expressivos de lógicas diferenciadas.

se eliminaram formas predatórias de relações com a natureza e grande parte das terras improdutivas permaneceram improdutivas (WANDERLEY, 1995). O aumento da produtividade não foi o esperado (aliás, é bom que se diga que a eficiência em termos de produtividade, que falaciosa e inescrupulosamente alguns expressam, nada mais é do que a eficiência política referentemente ao aspecto creditício). A produtividade dos *caloteiros* ruralistas é bem diferente da dos *calejados* pequenos agricultores.

Esse processo, no caso do Brasil, reproduz-se, reproduzindo, simultaneamente, relações originárias de seu caráter produtivista.

Em meio a contradições e conflitos, o *moderno* e o *atrasado* reproduzem-se reciprocamente; o último, em algumas situações, enobrecendo o primeiro⁷.

2.1 Rupturas e particularidades do trabalho agrícola

O processo civilizatório da técnica, sem dúvida, rompeu em grande parte com o equilíbrio cultural do passado. A civilização técnico-industrial recriou um sistema de cultura e de exploração da terra que transpassa o equilíbrio durável e imóvel que o precedeu. Inserida nesse processo, grande parte do camponeses sentiu romper-se sua estabilidade tradicional ao instalar-se na dinâmica das inovações técnicas e nas conjunturas econômicas que as subsidiam.

As transformações expressam-se no uso da química como substituta da adubação produzida na própria unidade de produção; nos meios mecânicos; no empirismo tradicional, que é substituído pela ciência (a rotina e a obra da experiência são sucedidas pela pesquisa racional); na biologia e nas culturas animais e vegetais e nas culturas novas, que implementam uma nova geografia agrícola e mudanças nas relações de trabalho.

A indústria, via técnica, juntamente com a bioindústria (biotecnologia), abre uma nova concepção de tempo, de espaço, de lucro (aspectos morais e materiais), de terra, de vida coletiva, entre outras.

⁷ Alguns trabalhos recentes buscam mostrar que o modelo brasileiro pós-60 foi “à brasileira”, isto é, pactuado entre o Estado e os grandes proprietários de terra do país (via Estatuto da Terra, conceito de “Empresa rural”, altos incentivos fiscais e creditícios) e foi feito *pelos e para* os grandes proprietários fundiários. A irracionalidade do processo é tanta que o próprio modelo se torna paradoxal na medida em que, para se reproduzir capitalisticamente, tem que permanecer tradicional, em nível de relações de trabalho (trabalho escravo, renda da terra), de propriedade etc., afetando a profundidade da modernização e produzindo efeitos perversos no âmbito social.

A intensificação da racionalidade técnica no espaço agrário rompeu, todavia, com a racionalidade e a especificidade da agricultura? Ou há limites na racionalidade técnico-industrial frente ao espaço (setor) em questão? Ou é o Estado, não o fator terra e trabalho, o promotor da chamada produtividade agrícola?

Comece-se pela categoria *trabalho* no espaço rural. O trabalho agrícola conserva inúmeras particularidades e, entre elas, está o aspecto biológico dos animais e dos vegetais. Os organismos vivos realizam uma parte significativa do trabalho. “O papel do homem se ‘reduz’ a fornecer a esses organismos o conjunto das condições necessárias ao seu desenvolvimento” (SERVOLIN, 1989: 38). As conquistas biológicas, tais como melhoramentos de espécies animais e vegetais, seleções genéticas, são expressões do avanço das condições técnicas aplicadas à agricultura.

As máquinas conferem ao processo de produção agrícola um caráter industrial. Sabe-se, porém, que as máquinas não produzem a soja, o leite, etc.; elas funcionam como auxiliares do trabalho do homem. O acervo biológico e mecânico é promotor de produtividade⁸, no entanto, por mais que as biotecnologias estejam reduzindo o fator *terra*, o fator *trabalho agrícola*, via substitucionismo (GOODMANN *et alii*, 1987), o fator *natureza*, a cultura alimentar, os ciclos produtivos (clima, tempo, espaço, variedades genéticas, etc.) têm papel importante no processo. É evidente que a dinâmica da racionalidade técnica não consegue desmontar toda uma estrutura milenar da biogenética e da cultura dos povos, principalmente dos camponeses.

Também não há dúvida de que o processo está repercutindo no meio urbano. Com avanços e recuos, mais avanços do que recuos, mesmo com resultados ainda não tão evidentes, o capital, voltado para indústria biotecnológica e para a biomassa, está se direcionando fortemente aos ramos de produção agrícola, envolvendo questões ligadas à logística dos novos produtos, a padrões estéticos e nutricionais (o conceito de alimentação é substituído pelo de nutrição), à concepção do rural e, conseqüentemente, de suas formas de trabalho.

O trabalho agrícola tem outras especificidades. Um contingente muito grande de pequenos camponeses conserva seu *ethos* produtivo na base do balanço trabalho-consumo. Mesmo havendo diferenciações entre eles, seu rendimento dá-se em função das necessidades da família. Sua concepção de lucro não se adequa (nem

⁸ A ciência e a técnica aplicadas à agricultura poderão ser de grande auxílio para o desenvolvimento sócio-econômico. A aplicação da tecnologia possibilita redução de custos, o que se traduz em redução de preços e de vantagens ao consumidor. No entanto, sabe-se que a agricultura moderna é seletiva (no caso brasileiro), o que se expressa na democratização e na racionalização de seus recursos, sem dúvida, levando os pequenos camponeses envolvidos nesse modelo produtivista ao desaparecimento.

pode!) aos cânones da economia capitalista, ou seja, o trabalho agrícola não exige uma taxa de lucro para sobreviver, nem renda fundiária no excedente comercializado, o que, de certa forma, transfere valores a setores do capital.

A teoria marxista mais ortodoxa, ainda hoje, não se cansa de insistir na idéia de que a competitividade perversa que os mecanismos de mercado impõem rompe com a “capacidade de sofrer” do pequeno camponês, ou seja, essa resistência seria rompida pelo progresso técnico. Outros, porém, mais de cunho estruturalista (articulação entre modos de produção), enfatizam a importância da permanência do chamado “setor camponês” no rebaixamento do valor da força de trabalho urbana, na medida em que, devido às suas especificidades, esse setor coloca no mercado produtos a preços reduzidos⁹. No entanto, a tese da funcionalidade não explica por que o aumento da produção (via produtividade) não se traduz em maiores ganhos em termos de preços ao produtor. Isso permite que se questione por que, mesmo com prejuízos ou com investimentos sem retornos, os produtores, principalmente os pequenos camponeses, ainda continuam produzindo. Alguns explicam que as “forças marginais” (trabalho da mulher, dos filhos, atividades extras, os produtos de subsistência, etc.), a própria valorização fundiária (renda incorporada à propriedade da terra), a intervenção estatal permanente, entre outras, explicariam a permanência da pequena produção familiar e/ou camponesa. Quer dizer, estão presentes nessas idéias duas especificidades: a do trabalho agrícola (ou agricultura em geral) e a do rural/pequeno produtor.

O espaço de produção agrícola apresenta outras especificidades em relação ao processo global de desenvolvimento, como é o caso do assalariamento, da política e da lógica do Estado para o setor.

No tocante ao trabalho assalariado, por exemplo, ele normalmente se concretiza em momentos de colheita, de plantio e de capina (é difícil falar, hoje, no Brasil, de uma classe operária no campo!). O emprego do trabalho assalariado tende a elevar os custos de produção, o que, sem dúvida, a especificidade metodológica e de intervenção estatal, na determinação do preço (preço mínimo), não contempla. O emprego do trabalho da unidade familiar (auto-exploração), em teoria, deveria,

⁹ É importante que se vá além da lógica racional econômica nesse aspecto. Sabe-se que a baixa cotação recebida pelos camponeses, pelas várias intermediações, não necessariamente significa redução do preço ao consumidor. Isso seria possível se houvesse competitividade, funcionamento normal dos mercados, compreensão, tanto por parte do produtor, quanto do consumidor do funcionamento do mercado, dos custos, etc. Fica difícil sustentar, também, que o setor urbano só se reproduz com base em formas atrasadas, arcaicas e irracionais e de extração de sobretrabalho de outro setor.

como se viu, favorecer a acumulação do capitalismo. Os preços baixos favorecem a abertura de novos mercados, expandindo as vendas via mercado externo (SERVOLIN, 1989). No entanto, não há dúvidas de que a preocupação dos teóricos clássicos, tanto da economia, quanto da questão agrária, era enfatizar a importância da produção agrícola para a redução dos gastos familiares na manutenção da força de trabalho, principalmente para o setor urbano. Hoje, pode-se dizer que não é a sociedade que ganha com a especificidade da exploração familiar: o setor agroindustrial com ela envolvido é o cliente privilegiado.

No tocante à necessidade da participação do Estado, além de inúmeras outras atribuições, o Estado busca dar regularidade e equilíbrio à produção e ao mercado, isto é, faz com que as mercadorias produzidas sejam adequadas a uma necessidade solvável e, ao mesmo tempo, que possam assegurar uma rentabilidade ao produtor. Este está cada vez mais distante do mercado, seja interno ou externo, pois, com a globalização, as distâncias se expandem e, ao mesmo tempo, se reduzem. O agricultor não sabe *quanto* e *o que* deve produzir e *qual a natureza* (objetivo e espaço) de sua produção. De acordo com a racionalidade do agricultor, a produção deve ser a maior possível e os preços os mais altos possíveis.

Nisso reside o papel do Estado: promover o equilíbrio para que a oferta não exceda a demanda e vice-versa. Sabe-se que os mercados de produtos agrícolas têm algumas características que lhes são próprias - instabilidade e fragilidade -, que se manifestam na perecibilidade, em rigidez na demanda (preços, compras em função da capacidade de demanda e de consumo, entre outros). Como os preços flutuam, com grande tendência para baixo, por causa de fatores intersetoriais, o Estado também é fundamental no controle do trabalho, para que o agricultor não desista de produzir em determinados ramos nos quais, circunstancialmente, os preços não lhe são favoráveis (SERVOLIN, 1989).

A intervenção do Estado na agricultura é inevitável. Acredita-se até que, sem essa intervenção, a agricultura não cumpriria o papel de determinante do sistema como um todo, como o tem feito. Forçando o argumento, dir-se-ia que, deixando o setor ao “jogo” do mercado e à estrutura agrícola concorrencial, ele estaria muito mais comprometido e vulnerável do que está. Com base nisso, entende-se por que a renda agrícola e a produtividade têm um peso forte de *institucionalização*. Entende-se, também, a importância da especificidade da renda agrícola e dos preços dos produtos alimentares, enquanto expressão de mecanismos de transferência de renda, a qual, em situações de equilíbrio de mercado, beneficia a sociedade. “... produção familiar, progresso técnico permanente, safras abundantes, renda agrícola em queda

(relativamente à renda nacional como um todo) e participação decrescente dos custos alimentares no orçamento dos assalariados, eis então que as particularidades da agricultura contemporânea quando comparadas a outros setores da sociedade adquirem seu sentido” (ABRAMOVAY, 1992: 234).

É bom ter-se em mente, contudo, que o Estado, além do crédito, do acervo técnico, da viabilização do mercado, da promoção de novos investimentos, cria uma profunda seletividade e, como consequência, exclusão/eliminação dos considerados “inúteis”, determinando, de uma certa forma, uma *elite agrícola* (a experiência brasileira e a francesa são expressivas desse processo).

Assim como nem todos acumulam benefícios creditícios, de infra-estrutura, de apoio técnico e logístico, de eliminação dos obstáculos à comercialização, de redução e/ou isenção de dívidas e taxas de juros (tenha-se em mente a proposta do atual governo de securitização da dívida), também nem todos os produtores alimentam e desenvolvem lógicas produtivas comuns.

É nesse sentido que os mecanismos da agricultura são diferentes dos da indústria: esta pode desistir e retomar a produção, demitir e contratar em espaços temporais fracionados; na agricultura, não. Não é possível eliminar, rapidamente e de uma forma simples, um ramo de produção, nem reduzir drasticamente sua produtividade, sob pena de se inviabilizar o setor e sua cadeia (complexo/*filière*) como um todo.

As especificidades da agricultura em relação à indústria apresentam-se no uso, nas funções, nos objetivos da máquina e do progresso técnico em geral. O emprego da máquina tem que se adaptar a fatores naturais (obstáculo técnico), porém ela incide sobre os diferentes momentos do processo de produção e de trabalho. A lógica do espaço agrícola dá-se também em função das seqüências das operações, das sucessões no tempo (tempo de trabalho/tempo de produção), na unidade entre supervisão e trabalho, na identificação do produtor com o produto, nas inúmeras atividades justapostas ou não do dia, na pouca vantagem do emprego de trabalho assalariado, além dos já mencionados fatores naturais.

2.2.1 Lógicas específicas, não excludentes

Em nível de setores produtivos, é importante frisar que o contingente camponês¹⁰, no caso brasileiro, é muito expressivo em praticamente todas as regiões,

¹⁰ A idéia de produção camponesa é desenvolvida na literatura especializada como um espaço de produção nos moldes tradicionais. O peso cultural da unidade de produção tem grande implicação na concepção de

havendo uma maior determinância no centro-norte e no nordeste do país¹¹. Em termos conceituais, são definidos como “sociedade camponesa”, “unidade de produção simples de mercadoria”, “sociedade parcial”, “sociedade dos mínimos vitais”, nos quais a ética de subsistência e de reciprocidade preponderam. Os traços básicos, em termos econômicos, são a sua integração parcial aos mercados, a forte flexibilização entre consumo e venda (fruto de circunstâncias ocasionais), a alternatividade em termos de cálculo consumo/venda/escassez, a flutuação de preços etc. A economia camponesa não é sinônimo de autonomia e de independência frente aos fatores de mercado. Este está presente, porém sua lógica é incompatível com as intencionalidades, com as defesas e as reações do “mundo camponês”.

O conhecimento empírico adquirido pelo camponês durante muitos anos, fruto da transmissão oral e da observação, legitima resistências frente à técnica. O contato com a terra, a propriedade (sua simbologia) é muito mais do que um meio de produção, um capital: é sua história, sua cultura. Essa cultura mística de amor à terra é bem diferente da concepção de terra como espaço de produção, do agricultor urbanizado, moderno e tecnificado.

O espaço e o tempo, no caso específico do estrato camponês, não são fragmentados pelas suas potencialidades abstratas (valor, tempo de trabalho). A idéia de duração, continuidade, unidade de tempos em blocos indivisíveis e justapostos a outros (BOURDIEU, 1963), do calendário, dos ciclos naturais, das condições atmosféricas, permite concepções de vida humana e de trabalho diferenciadas do tempo social, linear e econômico da moderna técnica.

trabalho, de terra, de lucro, de ciência aplicada à tecnologia, de excedente, de herança, de natureza em geral, etc. Há tipologias de unidades bem definidas. No entanto, encontram-se, no caso brasileiro, inúmeras formas de trabalho e de convivência em meio ao processo moderno do modelo produtivista. No centro-sul, isso é bem evidente, aliás, o processo de produção agroindustrial alimenta, desenvolve e utiliza-se dessas manifestações “internas” como fator de rendimento monetário.

¹¹ Em nível de “atores” sociais presentes no espaço de produção agrícola, as controvérsias ampliam-se. Na opinião de GEHLEN (1994), por exemplo, há tipologias bem definidas de classes, grupos e “atores” sociais no meio rural brasileiro. Essas diferenciações promovem concepções antagônicas acerca da terra, do lucro, do capital, etc. Entre as tipologias definidas pelo autor estão: A) os grandes proprietários de terras (latifundiários que contemplam a oligarquia agrária), os quais têm na terra uma fonte de poder e meio de especulação; B) a burguesia rural (empresários rurais, granjeiros), a qual tem na terra uma fonte de riqueza e objetivo de acumulação de lucros; C) os colonos e minifundistas (camponeses), os quais têm na terra um espaço de trabalho e de sobrevivência; D) os assalariados rurais (temporários e permanentes), os quais têm na terra uma expressão material de sua frustração, marginalização e exclusão do modelo; E) os marginalizados (em fase de extinção), que são categorias com concepção de trabalho e de terra, com racionalidades, utopias e lutas diferenciadas; índios, biscateiros, semiproletarizados, informais, etc.

A lógica produtivista do produtor moderno-tecnificado, ao contrário, desenvolvida e priorizada pelo Estado modernizador, objetiva destinar a produção agrícola aos mercados de exportação ou ao setor urbano-industrial; desenvolver a produção de culturas comerciais com vistas à integração agricultura-indústria; promover a mobilização de excedentes; absorver recursos públicos para otimizar fatores de produção; reduzir custos de produção via tecnologia e do valor da força de trabalho, enfim, obedecer à lógica da esfera mercantil e das vantagens comparativas (MENDRAS, 1984).

O processo que diferencia as lógicas aqui esboçadas não é estanque, nem radicalmente dicotômico, muito menos, carente de conflitos, de contradições e de interesses.

Em primeiro lugar, há o aspecto da mobilidade-estagnação. Sabe-se que o Estado teria alternativas para evitar a desagregação das formas de agricultura tradicionais, trabalhando em nível de preços, de taxas de juros; adotando políticas diferenciadas para os diferentes estratos de produção; dando prioridade para questões também de cunho social. Esse incentivo tornaria possível um certo equilíbrio e ajustamento entre a necessidade alimentar e a de sobrevivência dessa faixa produtiva. Poderia, também, garantir uma certa mobilidade no sentido de transformar pequenos camponeses em pequenos agricultores modernizados (como é o caso preponderante do centro-sul do Brasil e da região de Passo Fundo), transformando, com isso, não só sua base técnica, mas o círculo sócio cultural em que se reproduzem (ABRAMOVAY, 1992). Porém, esse mecanismo também pode ser seletivo e excludente, marginalizando outros que, ao perderem suas características tradicionais, não têm mais condições de acompanhar as exigências do modelo produtivista.

Ao mesmo tempo que a lógica produtivista os exclui, ela os conserva. Essa contradição é inerente à lógica, também contraditória, do capital. É interessante para o capital, principalmente urbano-agroindustrial, que haja um contingente de agricultores tradicionais, seja para que vendam seus produtos a preços bem reduzidos, seja para que, ao mesmo tempo, sirvam como mão-de-obra mobilizável sazonalmente em ramos de produção modernos, tanto nas grandes propriedades rurais, quanto no espaço agroindustrial (pluriatividades), bem como na produção de diversificados para o suprimento de nichos de mercados locais (feiras, vendas a domicílio), ou então para propiciar a auto-subsistência e liberar as empresas (agroindústrias) de uma remuneração mais efetiva dos produtos produzidos via sistema de integração agroindustrial.

O que está em pauta na reflexão é que são duas lógicas diferenciadas, porém não dicotômicas e, muito menos, excludentes. É evidente que, em contrapartida, não há uma “comunidade de interesses” nem de “afinidades eletivas” preestabelecidas. Há inúmeras questões que a lógica produtivista não pode contemplar, como é o caso da poluição, da compactação do solo, das terras como reserva de valor, do êxodo de contingentes rurais marginalizados, do empobrecimento da estrutura social, dos agrotóxicos, etc. Se isso tudo fosse visto e contabilizado, a lógica produtivista seria ruïnosa e arruinada (SCHWARZ, 1992).

Não há dúvidas de que a modernização da agricultura, no caso brasileiro, promoveu a produtividade de algumas culturas, ampliou o acervo mecânico e técnico disponível, ainda que para um pequeno grupo. Entretanto, entre inúmeras outras questões, não resolveu o problema fundiário, o qual se apresenta como uma contradição do processo modernizante em termos sociais e econômicos. As características de parasitário da concentração de terras no Brasil deixam claro que o proprietário latifundiário de terra é incapaz de acumular capitais via produção; incorpora, isso sim, a propriedade da terra ao processo de acumulação (WANDERLEY, 1990).

Conforme os dados do Incra (1992), em torno de 65% da área total dos imóveis rurais correspondem a latifúndios. É o que a Tabela 1 apresenta.

Tabela 1 - Categorias de imóveis rurais - Brasil - 1992

Categorias	Imóveis		Área total	
	Número	%	ha	%
Minifúndio	3 339 470	64,88	58 534 872	9,16
Empresa rural	574 943	11,17	152 502 700	23,86
Latif. por exploração	1.218 934	23,68	394 244 710	61,69
Latif. por dimensão	233	0,00	30 732 444	4,81
Não classificados	13 419	0,26	2 988 842	0,47
Total	5 146 999	100,00	639 026 991	100,00

Fonte: Incra. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais, 1992.

Os dados alarmantes também se expressam no tocante à terra não aproveitada. São mais de 185 milhões de ha de terra aproveitável que não são exploradas (quase 40% da área aproveitável têm proprietários e não são produtivamente aproveitadas).

O cadastro do Incra (1992) registra em torno de 5 288 284 assalariados temporários, o que corresponde a 29,40% das pessoas ocupadas na agricultura brasileira. A esses pode-se acrescentar os permanentes, que perfazem 1 537 666 trabalhadores. Mais de três milhões de imóveis são classificados como minifúndios que, por definição, não dispõem de recursos necessários à subsistência de seus

proprietários. Os dados atestam que em torno de 43% da população rural brasileira é constituída de indigentes (WANDERLEY, 1995).

Tabela 2 - Área aproveitável não explorada - Brasil - 1992

Categorias	Imóveis	% *	ha	% **
Minifúndio	1 991 455	61,91	19 397 003	41,85
Empresa rural	212 739	6,61	3 231 892	2,82
Latif. por exploração	1 012 459	31,47	149 576 628	54,45
Latif. por dimensão	191	0,00	12 851 282	73,93
Total	3 216 844	100,00	185 056 806	40,87

* - % sobre o total dos imóveis.

** - % da área não explorada sobre o total da área aproveitável da categoria.

Fonte: Idem à anterior.

A pergunta que se poderia fazer, então, é se isso pode ser considerado “moderno”? Como fica a estratégia absolutizadora do progresso frente a essa realidade?¹²

Isso, acredita-se, por hora, basta para mostrar que convivem duas lógicas preocupantes. O progresso não pode ser o demiurgo do processo social como um todo, nem mesmo a racionalidade econômica deve ser o único critério moldador das relações sociais e de produção. Se os critérios da racionalidade econômica e da maximização dos fatores de produção fossem tão verdadeiros assim, um bom número de grandes proprietários deveria ser desapropriado.

Em contrapartida, percebe-se que setores modernos (grandes e médios produtores técnico-capitalizados), bem como as agroindústrias que produzem com tecnologia de ponta (carne, oleaginosas, fumo, cítricos, cana, etc.), são extremamente racionais, sensíveis aos processos de globalização e de mundialização que se evidenciam, repercutindo no espaço do trabalho do pequeno camponês e do pequeno produtor familiar.

Nesse processo de globalização, o capital, a tecnologia, a divisão do trabalho, os mercados, os planejamentos, os conglomerados, a concentração e centralização do capital são dinamizadores, mobilizadores, intensificadores; são estendidos, generalizados, difundidos, sistematizados e administrados (IANNI, 1994).

A agricultura vem, há algumas décadas, fazendo parte do conjunto das estruturas mundiais de poder, seja pela atuação de empresas, de conglomerados industriais, seja pelo sistema financeiro, que orientam mudanças e diretrizes nas

¹² Mais uma vez, fica evidente a urgência e a premência da reforma agrária como uma questão econômica e social.

atividades agrícolas. Esse processo objetiva racionalizar as formas produtivas, sociais e técnicas de trabalho, garantindo espaços de consumo de produtos industriais, absorção de recursos financeiros, criação de condições para extração de excedentes, de lucro, de concentração e de centralização de capitais. Sem dúvida, isso está provocando mudanças bruscas nas condições de vida e de trabalho, de sociabilidade no espaço agrário, urbanizando os estilos de vida, marginalizando os camponeses tradicionais e privatizando minoritariamente os recursos públicos. O canal da globalização exige o “aperfeiçoamento” do modelo produtivista, amoldamento que se está dando no âmbito nacional e mundial: no âmbito mundial, redefine-se o processo de divisão do trabalho, de atuação dos monopólios, das fontes de matérias-primas e dos processamentos industriais, em conformidade com o movimento dos mercados, etc.; no âmbito nacional, dá-se pela flexibilização da produção (é o caso da agroindústria de suínos, de aves e de fumo, que estão classificando e excluindo os produtores considerados menos eficientes), pela subcontratação, pela terceirização (principalmente da produção de matéria-prima), pela gestão da mão-de-obra familiar (agricultura de tempo parcial), pelas transferências de riscos e de perdas.

Segundo IANNI (1994: 17), acredita-se, forçando um pouco o argumento, que “tudo o que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas, operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global”.

Ufanismos, pessimismos e caricaturas à parte. O processo é intenso, sem dúvida: repercute, transforma e revoluciona; legitima ainda mais a lógica produtivista. Porém, não é e nem poderá ser totalmente linear. As contradições, os recuos, as reações, os conflitos, estão também presentes. Que o mundo agrário vincula-se ao modelo dinâmico da sociedade urbano-industrial, expressivo da secularização, urbanização, individualização, racionalização, é indubitável. O que não poderá ser indiscutível e ignorado é a repercussão disso tudo na esfera social e cultural do meio rural. Assiste-se, com mais intensidade no meio urbano, à tendência a um desemprego estrutural, fruto do mesmo modelo. Que fazer com os excluídos de ambos os espaços? O Estado de bem-estar social também se desmorona com o neoliberalismo globalizante. Haverá concessões? Será interessante a permanência do produtor camponês tradicional? Qual é o papel do Estado neste processo? O mercado absorverá as atribuições do Estado na agricultura?¹³

¹³ As manifestações de agricultores produtivistas espalham-se pelo mundo todo. Na França, por exemplo, assiste-se a fortes conflitos envolvendo camponeses, enquanto expressão de políticas agrícolas de mercados

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

É claro que tudo isso é um processo. O capital está revolucionando a base técnica, social e cultural da produção agrícola. Porém, é bom não esquecer as especificidades da agricultura; a importância, de certa forma relevante, para o capital, da permanência no meio rural do camponês tradicional; a imensa concentração de terras não aproveitadas no espaço agrário brasileiro. Não é demais recordar, também, o peso do local, da comunidade regional, das especificidades culturais, das *vocações regionais* e do campesinato instalado secularmente nesses espaços que, dificilmente, serão transformados radical e bruscamente.

Não se pode, no entanto, ser ingênuo ao ponto de pensar que esse processo de globalização não repercutirá no espaço da lógica tradicional e no espaço da agricultura moderna, nem que essa intervenção esteja isenta de ideologização. Mesmo perdendo a “inocência” original (o que aliás não é só produto da globalização), novas formas de resistência e de renovação da lógica camponesa poderão se fazer presentes. É bom que se repense o papel do Estado e do mercado, sem saudosismos ou nostalgias utópicas e bucólicas e, também, sem reificar o progresso; que se reestruture a relação entre técnica e natureza (na ótica do custo e do benefício ecológico); que se incentive a diversificação da produção e políticas de fomento diferenciadas, privilegiando-se os pequenos estratos produtivos familiares alocadores de mão-de-obra familiar e mais sensíveis aos movimentos de mudança estruturais em curso. Muito disso já vem sendo feito em termos mundiais: agricultura sustentável, alternativa (produtos orgânicos), centros de compras de produtos considerados nutricionais (macrobióticos), comercialização de produtos agrícolas organizada e gerenciada local e comunitariamente, programas de apoio à agricultura familiar e tradicional, assentamentos rurais (ainda que pouco expressivos), incentivo às agroindústrias caseiras, pluriatividades e agricultura de tempo parcial, microcooperativas de produção e de comercialização, associações de pequenos produtores, entre muitos outros. Isso sem falar no neo-ruralismo, que envolve o turismo rural. São todas experiências demonstrativas de que o paradigma globalizante, mesmo que tenha interesse em algumas dessas, não é tão linear assim. E, o que é mais interessante, de que nem tudo isso se assenta e se fundamenta na lógica produtivista.

globais (em termos de CEE) desprotegendo as nações. Em outras nações, assiste-se, em meio à globalização, a políticas nacionais protecionistas, principalmente de determinados produtos agrícolas.

Em contrapartida, vive-se num sistema econômico capitalista, o qual se fundamenta em pressupostos que transcendem a racionalidade camponesa. Precisa-se é de uma lógica produtiva embasada numa racionalidade moderna que, além de promover a segurança alimentar, possa levar em conta os aspectos de ordem econômico-cultural e social dos atores envolvidos no processo de produção; que seja menos excludente, privilegiadora de recursos, de renda e de terra para uma minoria.

Enfim, essas são algumas, entre muitas outras questões, que merecem ser discutidas quando se fala, econômica e socialmente, do espaço rural, principalmente do brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (1992). Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC.
- BOURDIEU, P. (1963). La société traditionnelle: attitude à l'égard du temps et conduite économique. *Sociologie du Travail*, Paris, n.1, p. 63-98.
- GEHLEN, I. (1994). Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do Sul. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre: UFRGS/PPGS, n.6, p. 154-176.
- GOODMANN, D. *et al.* (1980). Da lavoura às biotecnologias. Rio de Janeiro: Campus.
- IANNI, O. (1994). Agricultura e mundialização. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre: UFRGS, n. especial, p.11-20.
- MARX, K. (1974). O Capital. México: Fondo de Cultura Económica. (Tomo 3).
- MENDRAS, H. (1994). La fin des paysans. Paris: Babel.
- SCHWARZ, A. (1992). Lógica do Estado e lógica camponesa. *Tempo social*, São Paulo: USP, n.1, v.2, p.75-114.
- SERVOLIN, C. (1989). L'agriculture moderne. Paris: Seuil.
- WANDERLEY, M. N. (1995). A Modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. Campinas: Unicamp. (Texto para Discussão).

ABSTRACT

THE PRODUCTIVE LOGIC AND THE PEASANT: AMBIGUITY AND
AMBIVALENCE IN THE ACTUAL AGRARIAN SPACE

This article discusses some questions reffering to the specified agricultural sector compared to the industrial sector. Different productive logics are confronted, inter and intra-sectorial, but they interchange socioeconomically. The objective is to present limits ratiocinality contradiction of the technical-economic productivist model.

Key-words: agriculture, peasantry, technical ratiocinality.

RESUMEN

LA LÓGICA PRODUCTIVISTA Y EL CAMPESINO: AMBIGÜEDADES Y
AMBIVALENCIAS EN EL ESPACIO AGRÁRIO ACTUAL

En el artículo, se discuten algunas cuestiones referentes a la especificidad del sector agrícola frente al sector industrial. Se Confrontan diferentes lógicas productivas, inter e intrasectorial, pero que se interpolan socioeconómicamente. Se pretende señalar los límites y las contradicciones de la racionalidad del modelo técnico-económico productivista.

Palavras-clave: agricultura, campesino, racionalidad técnica.